

Carta dos povos atingidos pelo Matopiba em defesa dos territórios livres

Cristalândia (TO), 28 de setembro de 2025

Nós, povos indígenas e assentados dos estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Piauí e Tocantins, representados por lideranças dos assentamentos Chave de Ouro e Praia Norte, e dos povos Akroá Gamella, Apinajé, Javaé, Kanela, Karajá Iny, Kiriri de Barreiras, Kiriri de Muquém, Krahô, Krahô Kanela, Krenjê, Krepym Catiji, Memortumré Kanela, Timbira Krepym Katejê, Tuxá e Xerente, reunidos nos dias 27 e 28 de setembro de 2025 com apoiadores religiosos da Regional Norte 3 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Cáritas Alemã, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), durante o Encontro de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais Atingidos pelo Matopiba, denunciemos as violências desse projeto de desenvolvimento que atropela nossos territórios.

A expansão do agronegócio na região conhecida como “a última fronteira agrícola do Brasil” traz consigo o desmatamento, a diminuição das águas, o envenenamento da terra e dos rios, grandes empreendimentos que causam danos socioambientais, as queimadas, o empobrecimento do solo pela monocultura, a mineração, o arrendamento dos territórios, a grilagem de terras e muitas outras violações dos nossos direitos.

O Matopiba mata gente, mata a água e mata nossos territórios.

Sabemos que os danos causados por esse projeto não se limitam às cidades incluídas nas leis, mas atingem outras localidades e regiões desses estados, e até mesmo outros estados que não fazem parte da sigla, como Mato Grosso e Minas Gerais. Ao considerar nossos territórios como uma “zona de sacrifício” para o programa de desenvolvimento nacional, o Matopiba intensifica as mudanças climáticas e aprofunda a injustiça socioambiental no país.

Não é por acaso que nessa região de agro/hidronegócio exista tanta concentração de terras nas mãos de poucas pessoas, e os nossos territórios não estão demarcados e regularizados.

Para avançar com o projeto de “desenvolvimento”, ignoram as nossas existências e tentam nos expulsar de nossas terras. Mas resistimos, como fazemos há muitos anos.

Nós, os povos indígenas, quilombolas e as comunidades tradicionais da Bahia, de Minas Gerais, do Maranhão, do Mato Grosso, do Piauí e do Tocantins, estamos nessa região desde muito antes de nos chamarem de Matopiba. Protegemos o Cerrado, a Caatinga e a Amazônia, as águas e o clima coletivamente e sem o apoio do Estado, evitamos que as queimadas se alastrem e que as pessoas fiquem sem água, mas ainda assim somos ignorados.

Afirmamos que o único projeto de desenvolvimento possível deve se basear nos conhecimentos tradicionais, na força dos territórios e na construção conjunta entre povos

indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e o Estado brasileiro.

Por isso, exigimos:

- A demarcação das terras indígenas;
- A titulação dos territórios quilombolas;
- A regularização dos demais territórios tradicionais;
- A realização da reforma agrária;
- A criação de uma Coordenação Regional da Funai no Piauí;
- A revogação de leis e decretos que legitimam o roubo das nossas terras, como a Lei nº 14.701/23;
- A paralisação dos licenciamentos de grandes empreendimentos relacionados ao Matopiba, inclusive aqueles de cooperação internacional;
- O estabelecimento de medidas de reparação pelos danos socioambientais causados pelos empreendimentos que integram o PDA Matopiba;
- O respeito ao direito à consulta prévia, livre e informada sobre os empreendimentos do Matopiba.

Juntos somos mais fortes. Por isso, em defesa das nossas vidas e dos nossos territórios, dizemos juntos: não ao Matopiba!